



XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



20 a 22 de Setembro de 2018 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **12/08/2018**

Aprovado em: **13/08/2018**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.09.05>

EDUCAÇÃO E CIDADANIA: TRANSFORMAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA DOS EDUCANDOS NO
CONTEXTÓ EDUCACIONAL/ EDUCATION AND CITIZENSHIP: SOCIO-POLITICAL TRANSFORMATION
OF EDUCATION IN EDUCATIONAL CONTEXT/ EDUCACIÓN Y CIUDADANÍA: TRANSFORMACIÓN
SOCIO-POLÍTICA DE LOS EDUCANDOS

EIXO: 9. EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS. EDUCAÇÃO PARA A PAZ.

EDILIO QUINTINO DE OLIVEIRA

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a realidade educacional e sua relação com a temática de Direitos Humanos. Observa-se nesse cotidiano a inserção de novas reflexões sobre a dinâmica social e seus desafios na atual conjuntura. Tratar desse assunto no dia-a-dia escolar é imprescindível para a formação do cidadão consciente. Com as recentes conquistas dos diversos grupos sociais vêm alcançando na sociedade brasileira, torna-se necessário um constante debate sobre como essa cidadania vêm sendo construída na coletividade. Como os profissionais que estão ligados diretamente a rotina escolar encaram essas mudanças. Estamos diante de novos paradigmas e de recentes conquistas dos vários grupos que buscam diminuir as desigualdades que existem na realidade social brasileira. A função da escola deve ser abrir espaços para essa discussão, o papel do docente é participar dessa discussão e propor que essa temática seja inserida no debate com seus pares e estudantes. Para isso, é necessário que o profissional se aproprie dos conceitos e temáticas relativas aos Direitos Humanos, para uma melhor compreensão do momento que o país vem passando, inclusive abordar essas reflexões em realidades sociais como a escola, em que boa parte de seu público, não têm acesso ao conhecimento sobre seus direitos básicos.

Palavras-chave: Escola. Educação. Direitos Humanos.

ABSTRACT

The present work aims to reflect on the educational reality and its relation with the human rights theme. It is observed in this daily life the insertion of new reflections on the social dynamics and its challenges in the current social conjuncture in Brazil. The school day-to-day is essential for the formation of the conscious citizen. With the recent achievements of various Brazilian society, it is necessary to have a constant debate about how this citizenship has been built in the collective. As professionals who are directly connected to the educational routine see these changes. We are facing new paradigms and recent achievements of the various groups that seek to reduce the inequalities that exist in the Brazilian social reality. The role of the school should be to open spaces for this discussion, the role of the teacher is to participate in this discussion and propose that this theme be inserted in the debate with their peers and students. For this, it is necessary for the professional to appropriate concepts and themes related to human rights, for a better understanding of the moment that the country is going through, including reflections in social realities such as the school, where a large part of its public, have no access to knowledge about their basic rights.

Keywords: School. Education. Human rights.

RESUMEN El presente trabajo tiene por objetivo reflexionar sobre la realidad educativa y su relación con la temática de Derechos Humanos. Se observa en ese cotidiano la inserción de nuevas reflexiones sobre la dinámica social y sus desafíos en la actual coyuntura social en Brasil. Tratar de ese tema en el día a día escolar es imprescindible para la formación del ciudadano consciente. Con las recientes conquistas que los diversos grupos sociales vienen alcanzando en la sociedad brasileña, se hace necesario un constante debate sobre cómo esa ciudadanía viene siendo construida en la colectividad. ¿Cómo los profesionales conectados directamente a la rutina educativa encaran esos cambios. Estamos ante nuevos paradigmas y de recientes conquistas de los diversos grupos que buscan disminuir las desigualdades que existen en la realidad social brasileña. La función de la escuela debe ser abrir espacios para esa discusión, el papel del docente es participar de esa discusión y proponer que esa temática sea insertada en el debate con sus pares y estudiantes. Para ello, es necesario que el profesional se apropie de los conceptos y temáticas relativas a los Derechos Humanos, para una mejor comprensión del momento que el país viene pasando, inclusive aborda esas reflexiones en realidades sociales como la escuela, en que buena parte de su público, no tienen acceso al conocimiento sobre sus derechos básicos.

Palabras clave: Escuela. Educación. Derechos humanos.

INTRODUÇÃO

No decorrer da minha formação no Ensino superior, tive a oportunidade de ampliar o leque de possibilidades com relação à cidadania, pude perceber a importância que a participação dos indivíduos em torno do acesso aos direitos humanos tem para a realidade social e que essa participação é uma construção coletiva.

Percebe-se que a estruturação desses conceitos é bastante delicada e é necessário que o maior número de pessoas com essa temática, inclusive o papel da instituição escolar contemplar essas discussões e reflexões sobre o tema, abra as portas para essa nova realidade que é a participação das pessoas nos debates sobre as novas dinâmicas contemporâneas.

Observa-se a importância no contexto social de se implantar espaços para o estudo e a compreensão dos temas. Por exemplo, a questão da desigualdade social, étnica, de gênero, de classes e como esses temas estão se inserindo no Brasil. Faz-se necessário que esses conceitos possam chegar a uma quantidade cada vez maior de cidadãos.

No momento atual passamos por muitas dificuldades no cenário político, com a retirada de direitos que foram conquistados ao longo de nossa história, esses avanços que agora estão ameaçados. Por isso, é de extrema importância participar ativamente nas discussões e debates que essa temática traz.

A escola deve ser o locus para essa inserção cada vez maior dos grupos que estão desprotegidos na realidade social. A escola começou a diminuir essa desigualdade, mas ainda temos dívidas históricas com a nossa população. Observando o cenário: ainda temos muitos jovens que não sabem o que é o direito a uma vida digna. O cotidiano educacional apresenta esses desafios.

Observando a realidade em que estou inserido, os desafios são muitos, inclusive com relação ao fato do município ser rural, com predomínio da agricultura de subsistência, as dificuldades de acesso à participação das pessoas e ainda persistem, principalmente em nível familiar.

É necessária sensibilidade para abordar temas do cotidiano, como violência doméstica, gênero, etnia. Isso requer preparação para a inserção desses temas. Inclusive pensar que essa construção é sócio-histórica, conseguida através da conscientização, já que a escola também é esse espaço de concepção de novas propostas e inserção nessa compreensão da cidadania e da participação. Sabe-se que é um desafio constante que instiga nessa empreitada a busca por uma realidade mais justa. Observa-se que o nosso modelo educacional é baseado no tecnicismo e na competição, o que reflete um modelo de sociedade desigual e observa-se uma busca na padronização dos educandos. Conforme Thiesen (

As influências dessa racionalidade científica e técnica, estimuladas intensivamente pelo ideário capitalista, demarcaram os modos de organização dos espaços/tempos da educação ao longo dos séculos. Nessa perspectiva, o currículo materializou uma organização escolar arquitetada em função da funcionalidade do conhecimento científico, fortemente marcada pela fragmentação do conhecimento. No Brasil, assim como em outros países de colonização luso-espanhola, a “modelagem” curricular foi, inicialmente, uma construção jesuítica pensada sob a influência das escolas medievais, das concepções agostiniana e tomista. Elas foram traduzidas nas escolas por via de normas que determinavam uma rígida organização de classes, horários, disciplinas, movimentos e espaços escolares são entendidos pelos religiosos como racionalidades instrumentais. São regidas por uma “ordem” que deveria ser estabelecida e, assim, controlada (THIESEN, 2011, p.245).

Essa realidade acaba gerando um *status quo* de desigualdade entre os indivíduos e a instituição escolar ainda é bastante diferente. Torna-se necessário que as instituições públicas possam compartilhar os dados produzidos por programas sociais, para que haja uma melhoria do modelo. Há a necessidade de se compreender essa realidade e como poderemos melhorar e ampliar o acesso a essas informações produzidas.

Um exemplo é como a escola poderia utilizar os dados coletados do Programa Bolsa Família para melhorar a implementação de seu projeto político pedagógico. Como os Gestores do Programa Bolsa Família poderiam propor outros critérios para o benefício como está colocado no Artigo 3º da Lei 10836/2004? O que trata da questão da frequência? Apenas a inserção do educando na realidade educacional e melhora a sua aprendizagem? Penso que a análise mais detalhada dos dados produzidos por esses programas possa ampliar a visão em torno da problemática da reprodução da desigualdade.

A educação deve ser esse espaço de liberdade, ascensão. Aliás, me sinto contemplado nessa situação, pois, o processo educativo, pode compreender como a dinâmica social influencia os indivíduos e como as relações sociais são influenciadas pelo processo educacional, processos como estigmatização, preconceito e outras situações que influenciam direta e indiretamente.

vezes presas a essa realidade e que tem dificuldades em sua inserção nos espaços de construção do conhecimento.

A ideia desse trabalho é pensar a partir da discussão sobre direitos humanos e cidadania no ambiente escolar. Os conceitos podem ampliar a participação e compreensão em torno da reflexão sobre inserção social, utilizando a sala de aula e o espaço escolar em torno do debate sobre direitos básicos, abordaremos os conceitos ligados à questão da Educação.

EDUCAÇÃO E CIDADANIA: UM CAMINHO A PERCORRER

Para se pensar em uma educação que dialogue com os desafios da sociedade atual e participe das discussões sobre Direitos Humanos, torna-se necessário uma compreensão dos conceitos e categorias utilizados para abordar esse tema. Soares,

Nenhum outro tema desperta tanta polêmica em relação ao seu significado, ao seu reconhecimento dos direitos humanos. É relativamente fácil entendermos e lutarmos por questões que dizem respeito à ampliação da cidadania. A própria palavra cidadania já se incorporou de uma tal maneira que, sobre certos aspectos, ela até tende a virar substantivo, como se representasse toda a sociedade [s/d], p.2).

Essa questão é compreendida por outros autores que contribuem com a reflexão em torno dessa perspectiva. Fala-se da temática da cidadania como construção histórica das sociedades humanas. Em seu texto, observa-se muita estruturação do tema. Um dos pontos que chama a atenção é quando ela faz a seguinte afirmação

A cidadania, como processo de aquisição de direitos e de capacidades para seu gozo por parte de todos, portanto, como direito e capacidade para participar da herança material e cultural da humanidade, é a possibilidade de implementação de processos políticos democráticos incessantes de expansão de novos direitos. Isso faz com que os cidadãos experimentem mais plenamente sua condição de membros de uma comunidade humana integrada e coesa que pode ser uma Nação, mas que tenha características universais de valores e de bem-estar material. (REGO, 2008, p.171).

Em sua discussão, Rego (2008) desenvolve uma análise do conceito de cidadania a partir do desenvolvimento da concepção de participação dos indivíduos nas coletividades humanas. Essa participação é uma construção histórica e os indivíduos vão se apoderando do conceito de cidadania, dentro de uma perspectiva histórica de inserção política nessas coletividades.

Rego (2008) propõe diversas reflexões em relação à participação dos sujeitos na construção da cidadania. Ela desenvolve que a cidadania é um “processo de aquisição de direitos e capacidade para participar da herança cultural da civilização” (p.171), essa cidadania não é algo dado, mas conquistado no interior das sociedades humanas, a partir dos interesses das pessoas que participam de um determinado contexto sócio histórico. Essas tensões trazem uma transformação das práticas sociais no interior das sociedades humanas.

No texto a autora coloca como exemplo as mulheres, que em um primeiro momento histórico não participam diretamente em torno da dinâmica e dos desafios da participação nos movimentos sociais e, só após muitas lutas e tensões, participam diretamente das reflexões relacionadas ao seu papel social.

Observa-se que Soares (s/d) contribui com esse tema a partir do desvirtuamento do conceito e como ele pode representar outros aspectos da ideologia atual. Conforme Soares (s/d),

[...] nas sociedades democráticas do chamado mundo desenvolvido, a ideia, a prática, a participação

dos direitos humanos, de uma certa maneira, já estão incorporadas à vida política. Já se inc de valores de um povo, de uma nação. Mas, pelo contrário, é justamente nos países que m humanos, nas sociedades que são mais marcadas pela discriminação, pelo preconceito e formas de racismo e intolerância, que a idéia de direitos humanos permanece ambígua e c s/d, p.2).

O educador Paulo Freire (1997) coloca diante de nós um desafio, quando propõe que devemos lutar contra reducionista em torno da realidade dos indivíduos. Minha formação profissional de Cientista Social amplia es vivemos em uma sociedade individualista e consumista em que o principal objetivo dos indivíduos é consumir pa você traz essa realidade para a instituição escolar, isso é ampliado e muitas vezes não há espaço para o q individualismo, pois estamos tão presos a um currículo fechado e fragmentado que o espaço para a discussão é s educacional.

Observa-se, na instituição escolar um discurso muito forte em torno de um processo disciplinar constante, com dos problemas a subordinação fosse o imperativo. Quase tudo na instituição escolar gira em torno dessa ob muitas vezes o ato de pensar é deixado em um segundo plano. Inclusive, estamos diante de muitos paradoxos n vigente que precisam ser debatidos e um exemplo é a questão da disciplina/indisciplina na realidade educacional.

Arroyo (2010) nos traz uma série de questionamentos dessa perspectiva. Ele procura compreender a construção e a relação com a realidade educacional e como as pesquisas interpretam essa problemática. Conforme o autor,

Ao pensamento sócio-pedagógico mais crítico das últimas décadas devemos ter leva desigualdades educacionais para além dos supostos determinantes intraescola e int determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais, de gênero, raça, etnia, campo, per as determinações dos padrões de poder, trabalho, acumulação, concentração exclusão (ARROYO, 2010, p.1383).

Percebe-se, a partir da inserção de disciplinas como Sociologia e Filosofia nas instituições de ensino médio, (p.105, 106), que há uma preocupação com a desnaturalização e o estranhamento em torno da realidade posta engatinhando nesse processo no contexto educacional, mas já podemos perceber alguns avanços na reflexão e educandos na intervenção de sua realidade. Ainda temos um caminho árduo de aprendizagem e de ampliação d porque há um movimento contrário que visa a retirada da obrigatoriedade das disciplinas, o que acaba traz construção dessa nova perspectiva.

Uma situação que me chama atenção são as propostas de parlamentares em diversas partes do país em torno deve ser ensinado nas instituições públicas. Isso é uma prática que tolhe toda a perspectiva do ensino-aprend visão reducionista do processo educacional. Como é que um profissional não pode debater sobre a sua própria mazelas e dificuldades de seu entorno Isso contribui com os que vivem no discurso de que a disciplina é mais aprendizado, que um bom aluno é aquele que é disciplinado, e o aluno indisciplinado é encarado como *perso* (2010) corrobora com essa reflexão, “[...]o foco continua fechado na exposição das desigualdades escolares e na intraescolares como responsáveis pela sua persistência. O foco estreito continua responsabilizando os professo educandos”. (p.1383)

Torna-se importante que professores, gestores e profissionais que estão inseridos nessa realidade possam alternativas que diminuam essa distância entre o conceito de disciplina/indisciplina e busca de conhecimento. O uma proposta de engajamento de todos no esforço de superação dessa realidade no contexto educacional e o Es poder em torno dessas decisões. Arroyo (2010) nos traz em suas reflexões essas preocupações:

Predominam análises onde o Estado é o centro. A sociedade e especificamente os cole aparecem como meros destinatários das ações e intervenções políticas do Estado. As desic sujeitos, entram apenas como campo de intervenção. Enfatizam-se as desigualdades a co

Estado, mas se ignoram os sujeitos, indivíduos e coletivos produzidos como desiguais (p.1386).

Esses estudos devem levar em consideração a relação teoria/práxis. Penso ser necessário mais debate e discussão do desafio da proposta de uma educação que inclua o educando, não como o Estado coloca em suas orientações, que observa Arroyo (2010),

[...] como a visão que se tem do Estado e de suas políticas para os coletivos desiguais é como os desiguais são pensados: como problema. Eles são o problema ou porque são improdutivos, aversos ao trabalho, imprevidentes, ou por não serem escolarizados (e não possuem as competências requeridas pelo mercado de trabalho moderno. (ARROYO, 2010, p. 1388).

Observa-se no ambiente educacional, muitas barreiras para a conquista da cidadania e da autonomia do indivíduo. Na realidade da escola percebe-se a dificuldade de abordar as temáticas relacionadas ao cotidiano do educando, como algumas reflexões anteriores. O próprio período de muita instabilidade em que estamos passando acaba se refletindo no cotidiano escolar. Conforme Soares (s/d),

A racionalidade criativa; o uso da palavra, como sinal exterior mais óbvio da superioridade da inteligência; a mentalidade axiológica, no sentido da sensibilidade para o que é belo, bom e justo; a liberdade de julgar - o que supera o mero determinismo biológico; a autoconsciência (o ser humano reflexivo); a sociabilidade e todas as formas de solidariedade; a historicidade (o ser humano com memória do passado e o projeto para o futuro); a unicidade existencial, no sentido de insubstituível (É claro que só essa última questão demandaria uma discussão infundável e infinita em relação às possibilidades genéticas com a possível produção de clones. (Soares, [s/d], p.9).

São propostas que embasam a possibilidade de reflexão no cotidiano escolar. Essas proposições podem auxiliar a prática no dia-a-dia escolar. Penso ser importante que seja dada a devida relevância que o tema precisa. Segundo

[...] a cidadania se constitui em um arcabouço de direitos, prerrogativas e deveres que condiciona as reciprocidades determinantes da natureza das relações entre os indivíduos entre si e com o mundo. O enraizamento na vida coletiva como sentimento, cultura e sistema de referências valoradas são fundamentais para o grau de democratização alcançado por uma dada sociedade. Sua congruência com a realidade mais ampla se expressa através de um conjunto de valores morais e regras jurídicas e sociais que regulam as relações de reciprocidade e de interdependência entre os indivíduos e os diversos grupos sociais. (Rego, 2008, p. 149).

Fico preocupado com muitas situações que estão sendo pensadas para a educação. Se estamos buscando um indivíduo que está em processo de formação na sua realidade social, como faremos isso? Se há uma vertente, por exemplo, que está preocupada com o que a escola deve ensinar ou não, estamos partindo para um pressuposto que é apenas moralizante e disciplinadora.

É necessário que a escola e o processo educacional possam absorver uma demanda cada vez mais extensiva de conteúdo, não apenas o conteúdo que deve ser ensinado, mas proporcionar uma visão abrangente. Penso que quando há instâncias ditas democráticas, como o “Conselho Escolar” ou o “Grêmios Estudantis”, há a necessidade de seu funcionamento que se observa é um tratamento teatral dessas instituições, pois elas são instauradas sem uma preparação prévia e participam muitas vezes nem sabem o que estão fazendo, o conceito de democracia e participação acabam sendo apenas uma essência básica.

Observa-se um padrão educacional baseado no tecnicismo e na competição, que acaba mantendo um padrão de desigualdade, onde nota-se uma busca na padronização dos educandos e que acaba mantendo um status quo de desigualdade.

indivíduos. A instituição escolar ainda tem dificuldade com o diferente. Torna-se necessário que as instituições compartilhem os dados produzidos por políticas públicas e programas sociais, para que haja uma melhoria do ideal

Há a necessidade de se compreender essa realidade que está posta e como poderemos melhorar e ampliar informações produzidas. Um exemplo é como a escola poderia utilizar os dados coletados do Programa Bolsa Família em sua prática docente e seu projeto político pedagógico.

Como os Gestores do Programa Bolsa Família poderiam propor outros critérios para a concessão do benefício de acordo com o Artigo 3º da Lei 10836/2004, que trata da questão da infrequência. Uma pergunta que deve ser feita: apenas a infrequência de inserção do educando na realidade educacional e melhora a sua aprendizagem? Penso que a análise mais detalhada produzida por esses programas, possam ampliar a visão em torno da problemática da reprodução da desigualdade.

Percebe-se que é necessário construir espaços de reflexão, não é apenas dar ferramentas para se pescar o peixe nos espaços de discussões nas instituições educacionais. Ainda temos resquícios nas escolas do modelo autoritário dos governos passados. O discurso é belíssimo, mas a prática no cotidiano é destoante: as escolas desenvolvem projetos pedagógicos bem diversificados e abrangentes, mas quando se quer debater alguns assuntos que são delicados a escola não está preparada para isso. Segundo Arroyo (2010), “Tirar esses coletivos da margem, através de práticas pedagógicas moralizadoras, para passá-los da margem da tradição, do atraso, da imoralidade para a modernidade, o processo é civilizatório, a racionalidade científica” (p.1390).

Um exemplo é sobre a questão da sexualidade: observa-se uma preocupação por parte da classe política que surge nessa discussão, mas como fazer isso se o tema está diretamente ligado à realidade social. Então a escola apenas desenvolve seu projeto político pedagógico determinados temas por questões políticas e o seu papel de espaço de discussão dessa realidade fica apenas em seu projeto político pedagógico. Onde está a cidadania que tanto buscamos inclusive no projeto político? Corroborando com Arroyo (2010),

Estudos de sociologia política têm avançado nas tentativas de entender a especificidade das desigualdades em nossa formação social. Essa produção é inseparável da forma como são produzidos os coletivos como desiguais porque diferentes. A relação entre desigualdades e produção dos diferentes como desiguais, transpassa a história de nossa formação, e não se trata de uma simples questão de tempo. (ARROYO, 2010, p.1405).

Verifica-se, a partir da leitura de artigos e matérias de jornais, o quanto a questão de conceitualização e comparação de políticas públicas é de extrema importância para uma melhor análise das nuances e particularidades dessas políticas em um contexto histórico-geográfico. Essa reflexão é necessária para um melhor entendimento da dinâmica dessas políticas públicas. Isso nos auxilia com a seguinte reflexão: “Partimos da hipótese de que o dinamismo no campo das políticas e de suas mudanças virá do reconhecimento das mudanças profundas, tensas, que estão postas na dinâmica social pelos próprios efeitos desiguais” (p.1385).

Os programas de transferência de renda não são uma particularidade do Brasil, pois diversas nações, como os países escandinavos, Grã-Bretanha, já desenvolvem políticas de transferência de renda desde a década de 40 do século XX. Em países como o México, esses programas são mais recentes.

Nesses países, distinguem-se os objetivos desses programas com relação ao modelo brasileiro. Na Alemanha, o programa de transferência de renda é universalizado, podendo participar todos que se encontrem em situação de vulnerabilidade. No México, apenas parte da população pode participar do programa de transferência de renda; já no Brasil, o programa de transferência de renda recente, que não é universalizado e que atende determinada parcela da população, apresenta especificidades.

Essas políticas de transferência de renda estão ancoradas em uma legislação oficial, a Lei nº 10.836/2004. Observa-se a prática do clientelismo, que é uma constante na realidade social no Brasil, e esses critérios muitas vezes atendem determinadas demandas. A proteção social, que é o objetivo geral dessas políticas, muitas vezes fica comprometida por práticas clientelistas e momentâneas, principalmente em nível local, como os municípios, onde há uma pressão maior

Conforme Arroyo (2010), “Aparecem como destinatários passivos, agradecidos, à espera de entrar no reino da pelo Estado e suas políticas socioeducativas. Os coletivos feitos desiguais pensados na imagem do Estado bene desiguais” (p.1386).

Um exemplo é o programa desenvolvido na Alemanha, onde temos uma política de transferência de renda que rei Essa proposta visa atender não só uma demanda, mas um conjunto de especificidades dos cidadãos, por quantidade de membros que estão inseridos no ambiente familiar. Esse modelo de transferência de renda não de aplicação.

No Brasil, nota-se que os programas de transferência de renda ficam condicionados a critérios que muitas v realidade de vulnerabilidade social e que, muitas vezes, os parâmetros que são definidos deixam de levar em cc como a melhoria da infraestrutura dos serviços públicos, por exemplo, saneamento. A legislação do Bolsa Fa adotados por países da América Latina, como o México, que condiciona a transferência de renda a determin devem ser realizadas, principalmente no quesito saúde e educação. Torna-se necessário reavaliar os critérios pa do Programa.

Isso acaba por comprometer a eficácia desses programas, que, diferente do modelo europeu – que está ligado à sociais e a cidadania, onde o cidadão tem uma proteção social mais ampla –, o programa no Brasil apenas tr determinada parcela da população, sem haver uma reflexão do papel do Estado na condução do Programa. Ond participam diretamente do PBF Esses cidadãos estão inseridos na discussão das dinâmicas propostas pelo PBF (realizando o seu papel de promotor da cidadania Quais as garantias que esse Estado deve proporcionar para ec desigualdade social Segundo Arroyo (2010), “A igualdade cidadã se tornou mais complexa, exigindo rede educação, cidadania e igualdade. Esta relação tão fecunda tornou-se também mais complexa e exige análises (p.1405).

Conforme o Programa Nacional em Direitos Humanos (2010),

A educação e a cultura em Direitos Humanos visam à formação de nova mentalidade coletiv solidariedade, do respeito às diversidades e da tolerância. Como processo sistemático e orienta a formação do sujeito de direitos, seu objetivo é combater o preconceito, a discrim promovendo a adoção de novos valores de liberdade, justiça e igualdade. (PNDH, 2010, p.1

Um projeto que pode nos auxiliar nessa empreitada educacional é o Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT), sendo desenvolvido pelo Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria de Educação (SEDUC). O objetivo o acompanhamento de um professor a uma determinada turma na instituição escolar. Essa política foi impla Escolas Profissionalizantes e depois para toda a rede de ensino do Estado. Esse projeto visa minimizar a rendimento escolar e contribuir para a inserção dos indivíduos em um processo de sociabilidade que o retire do es “desiguais”, conforme Arroyo:

São os mais desiguais dos desiguais que vão chegando às escolas populares. Quanto m ficam expostas até no sistema escolar, maiores as tentativas das políticas sócio-educativ área social, mais do que na educacional, as desigualdades são reconhecidas como quest por padrões de concentração da renda e da terra, de destruição da agricultura familia imigrações, dos aglomerados de moradias precaríssimas, do trabalho informal, da sobr extremos (ARROYO, 2010, p.1393).

Torna-se relevante que a instituição escolar possa ampliar a participação dos chamados “desiguais”. Para isso é de temas relacionados à cidadania e participação social. Esses temas devem estar no projeto político pedagógicc o PPDT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios que se colocam na sociedade brasileira são muitos, torna-se necessário que possamos contribuir para ampliar as ferramentas de compreensão sobre essa realidade. É importante que a partir de uma compreensão mais ampla sobre cidadania e direitos humanos, consigamos propor novas perspectivas de inserção das pessoas nos processos sociais.

Esses avanços vêm acompanhado de melhorias e de inclusão dessa população menos favorecida em no Compreender como isto acontece nos ajuda na medida que mais pessoas vão em busca de melhorias e discussões e debates contribui em uma sociedade mais próxima dos anseios dessas categorias menos favorecida

Tratar da temática dos direitos civis, sociais e políticos deve ser a proposta da instituição escolar, além de instigar as dificuldades e dos desafios que perpassam a sociedade e estimular o aluno em torno da importância da participação em uma sociedade com desigualdades históricas.

Observa-se na realidade educacional o quanto essa desigualdade está inserida no cotidiano dessas pessoas e a busca por direitos que deve ser pensada, mas a compreensão do que seriam esses direitos. Estamos numa perspectiva, mas com a ampliação do leque de possibilidades, podemos trazer para o cotidiano escolar essas discussões

A escola deve ser o *locus* dessa reflexão, os docentes devem se preparar para esses novos desafios, relacionando as mudanças no paradigma dos direitos sociais no Brasil, o educando deve ter a oportunidade de se fortalecer e participar diretamente. Esse protagonismo é de extrema importância para as novas gerações que podem participar de debates e discussões em torno das melhorias e da inclusão dos indivíduos, que ainda continuam fora do debate a sociedade vem obtendo ao longo de sua história recente.

Torna-se importante a ampliação dos espaços para compartilhar e inserir cada vez mais os indivíduos e suas reflexões sobre qual o papel do Estado na inclusão dos grupos que estão à margem da sociedade. O papel da escola é fornecer ferramentas para a participação e a apropriação dos conceitos relacionados a cidadania.

Temas como gênero, etnia, questão racial, ideologia, participação popular, classe social, desigualdade social, sociedade contemporânea, são temáticas imprescindíveis na discussão em todos os espaços sociais, não apenas o escolar, mas nas localidades mais distante dos centros urbanos, como é a realidade de parte dos municípios no Brasil

Essa temática nos auxilia a pensar essa realidade e se inserir nessa discussão, contribuem com novos elementos no processo de cidadania e participação, e como compreender que esse processo é lento, com muitos desafios: passando por esses desafios com a retirada de direitos que foram conquistados com muita luta e vidas. É na discussão que vem sendo realizada e ampliar a participação do maior número possível de pessoas, pois são elas que participam do debate. A escola é só o primeiro passo. Essas reflexões devem chegar até a base social, que são as comunidades que estão desassistidas de seus direitos básicos, direitos esses que são essenciais para uma vida digna.

ARROYO, Miguel G. **Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados**. Educ. Soc. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, DF, 2010a. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitoshumanos-pndh-3>. Acesso em: 20/11/2017.

_____. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 jan. 2004. p. 1. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10836.htm. Acesso em: 20/11/2017.

_____. MEC. Secretária de Educação Básica. Ciências Humanas e Suas Tecnologias. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Brasília, DF. 2006. http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf. Acesso em: 20/11/2017.

CEARÁ. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Projeto Professor Diretor**. Disponível em: <http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/projetos-e-programas/87-pagina-inicialservicos/desenvolvimento-da-escola/>. Acesso em: 20/11/2017.

PAULO Freire: in memoriam. Brasil: TV PUC São Paulo, 1997. (20 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ny20UdRJpoM>. Acesso em: 7 out. 2014. (Video)

REGO, Walquiria Leão. **Aspectos Teóricos das políticas da cidadania: Uma aproximação ao bolsa família**. R. São Paulo. 2008.

SOARES, Maria Victória de Mesquita Benevides. **Cidadania e Direitos Humanos**. Instituto de Estudos Avançados de São Paulo. s/d.

THIESEN, Juarez da Silva. **Tempos e espaços na organização curricular: Uma reflexão sobre a dinâmica escolar**. Educação em Revista: Belo Horizonte. V.27. n.01, p.241-260. Abr. 2011.